

Título do capítulo	CAPÍTULO 3 A SEGURANÇA DO ARCO SUL E A FRONTEIRA
Autores(as)	João Francisco Ribeiro de Oliveira Bolívar Pêgo (Moderador)
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap3

Título do livro	FRONTEIRAS DO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO ARCO SUL
Organizadores(as)	Bolívar Pêgo Rosa Moura Maria Nunes Caroline Krüger Paula Moreira Gustavo Ferreira
Volume	5
Série	Fronteiras do Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-007-3
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CAPÍTULO 3

A SEGURANÇA DO ARCO SUL E A FRONTEIRA¹

João Francisco Ribeiro de Oliveira²



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Bom dia. Meu nome é João Francisco, sou superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e estou acompanhado de Daniel Cardoso, chefe da PRF em Uruguaiana. É uma satisfação para nós estarmos aqui participando do evento que não só tem o viés de fiscalização, tanto pelo aspecto da Defesa quanto da Segurança Pública, mas também preza pela interlocução com a comunidade acadêmica. Basicamente, a parceria com o Ipea nós já tínhamos em outro aspecto que a PRF atua fortemente, o combate à violência no trânsito, desenvolvido em um estudo que estimava o custo social dos acidentes em rodovias federais.

Então, falando originalmente da PRF de forma resumida, nós atuamos no combate à criminalidade em geral e, em especial, aos delitos transfronteiriços. Todavia, os mesmos policiais – somos 10 mil policiais federais no Brasil, 730 no

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap3>

2. Superintendente da PRF no estado do Rio Grande do Sul. Esta apresentação está disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/apresentacoes/02_oficina_arco_sul_livro_5_apresentacao_joao_francisco_v_22_nov_2017.pptx>.

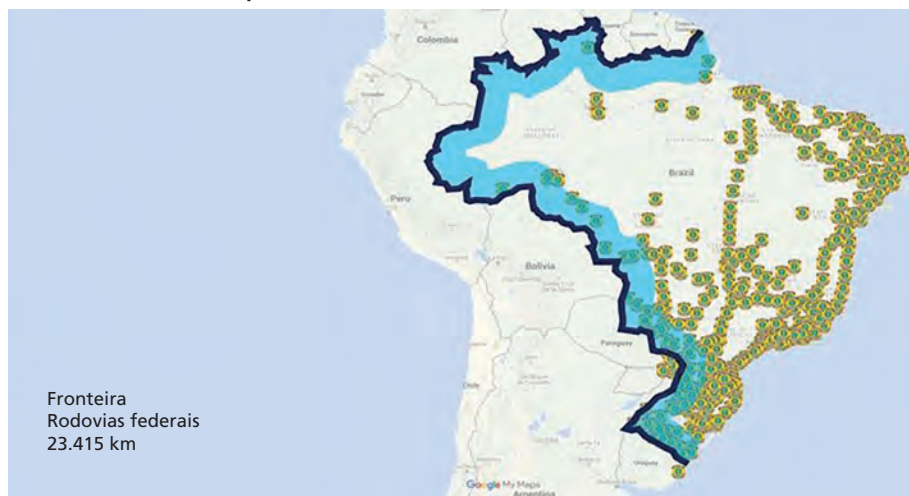
Rio Grande do Sul – também atuam na fiscalização de trânsito, com o objetivo de reduzir a violência no tráfego das rodovias federais.

Tratando das fronteiras propriamente ditas, falando do nosso outro foco, que é basicamente o combate à criminalidade, vamos de forma resumida apresentar como atualmente estamos nos organizando nesse aspecto. Primeiro, deixamos claro que, no âmbito policial, não desconhecemos que, no que se refere a crimes transfronteiriços, precisamos necessariamente avaliar a questão sociológica de formação das fronteiras, as oportunidades econômicas e, também, as dificuldades econômicas dessas regiões. Entretanto, como policiais, basicamente, o que fazemos é o enfrentamento à criminalidade, sem desconhecer as causas e os fatores que a provocam, como o fluxo de mercadorias e de pessoas nessa região, não apenas a questão, por exemplo, do traficante ou do contrabandista que, dependendo da região, é visto como um comerciante nessas localidades. Não desconhecemos fatores que provocam vulnerabilidades sociais e econômicas que geram oportunidades de ingresso na criminalidade ou de fluxos da criminalidade, mas, enquanto policiais, a avaliação que fazemos, de fato, é basicamente a do enfrentamento ao crime que está tipificado. Então, atuamos no combate à criminalidade em geral, mas aqui o foco são os crimes transfronteiriços.

No Brasil, sabemos que temos as fronteiras terrestres, aéreas, marítimas e fluviais. Obviamente, então, a necessidade de enfrentamento envolve necessariamente esforços interagências. Nós somos uma “polícia” de fronteira, também, mas atuamos nas rodovias federais. Vamos apresentar o que já é o óbvio: há diversas formas de entrada do país. O Coronel Eduardo de Araújo destacou que, pela avaliação constitucional, a polícia de fronteira atualmente é a Polícia Federal (PF). Não vou responder por eles, mas sabemos das dificuldades de efetivo das Forças de segurança em geral e das Forças de defesa, também, como o Coronel de alguma forma destacou. Pontualmente, a PRE, como o nome já está dizendo, atua nas rodovias federais, mas as formas de ingresso dos ilícitos no país, as possibilidades, não são apenas terrestres, mas aéreas, marítimas e fluviais, no que se refere à questão de drogas e armas, por exemplo. Em nível mundial, já há um consenso de que o fluxo em geral de entrada em qualquer país não é pelo modal terrestre, que é onde nós atuamos. Em geral, cocaína e derivados e armas circulam por outros modais, como aéreo e marítimo. Nas rodovias temos tido excelentes resultados, mesmo que o consenso mundial diga que esses ilícitos transitam, principalmente, pelos outros modais que não os terrestres. Então, nós destacamos a faixa de fronteira, que compreende 27% do território brasileiro, 586 municípios e cerca de 10,9 milhões de brasileiros – isso vai mudando ao longo da fronteira com os dez países vizinhos, sendo 56% secas e 44% molhadas. Isso gera uma dificuldade para uma instituição que atua, fundamentalmente, na

fronteira seca, e, dentro da fronteira seca, em rodovia federal. A figura 1 mostra a localização de todas as unidades da PRF.

FIGURA 1
Brasil: unidades operacionais da PRF



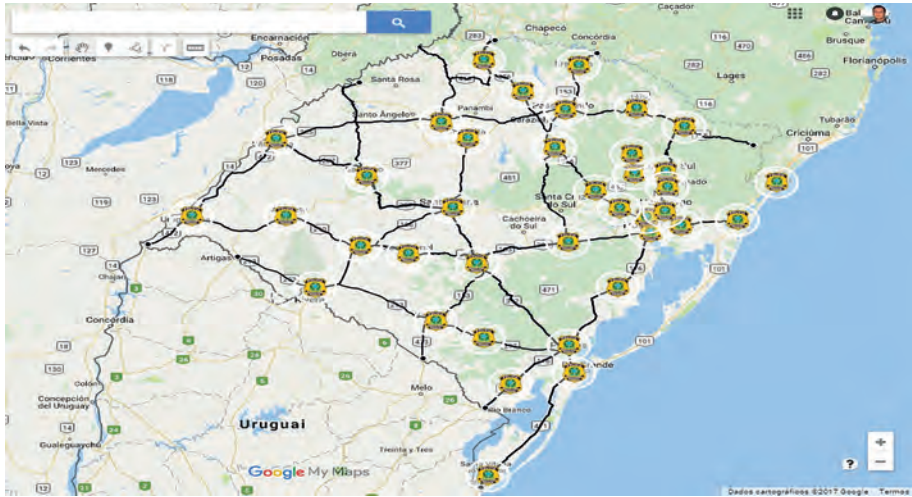
Fonte: Google.
Elaboração: PRF.

Como nos estruturamos do ponto de vista administrativo? Temos 27 superintendências no Brasil, das quais 11 são responsáveis por regiões de fronteira. Temos 20 delegacias de fronteira no Brasil, entre as quais a de Uruguiana, e 65 unidades operacionais – ou, como somos citados na imprensa normalmente, 65 postos em regiões de fronteiras. Na figura 1 temos a forma como estamos distribuídos atualmente: os pontos em amarelo são pontos de ocorrências, mas também onde estamos estruturados fisicamente.

No Rio Grande do Sul, especialmente em Uruguiana, nós atuamos em uma extensão territorial de 1.725 km de fronteira com Argentina e Uruguai, com 29 municípios. Com Uruguai, temos 1.000 km de fronteira, sendo 300 km de fronteira seca, com 12 municípios.

Como nos organizamos no Rio Grande do Sul? Por delegacias. As delegacias de fronteira no estado podem ser vistas na figura 2. Pelotas, que está destacada no mapa, é área de circunscrição da delegacia de Pelotas, Livramento, Uruguiana, São Borja, Ijuí e Sarandi.

FIGURA 2
Rio Grande do Sul: delegacias de fronteira da PRF



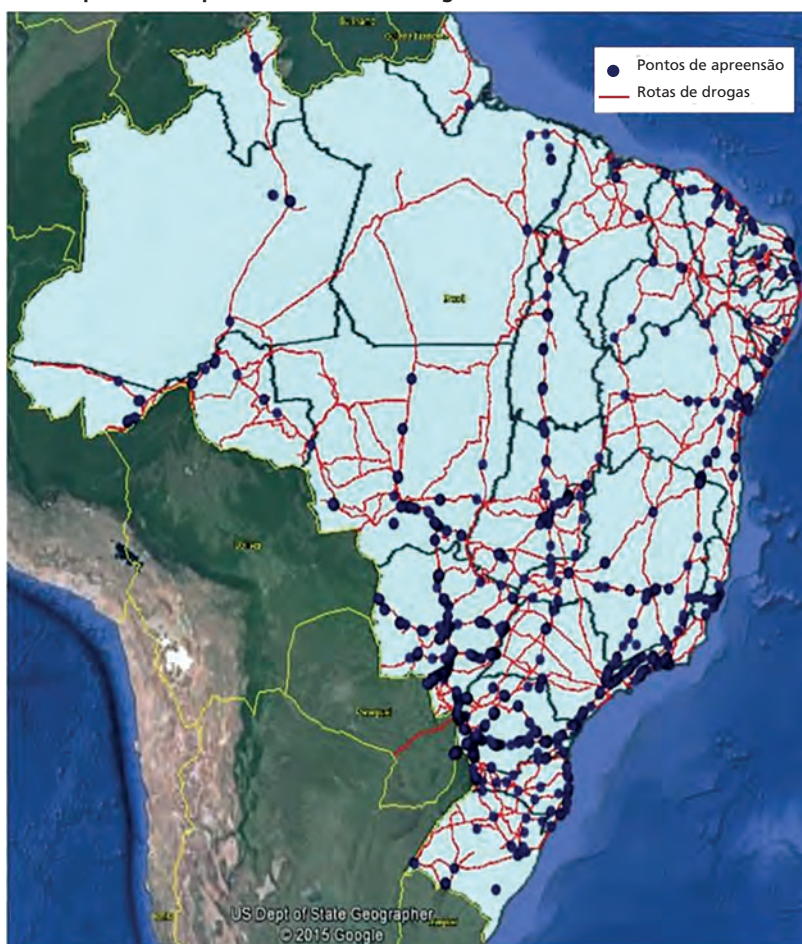
Fonte: Google.
Elaboração: PRF.

Essa é a atuação de fronteira da PRF no Rio Grande do Sul. De forma operacional, como funciona nosso planejamento? Os crimes transfronteiriços identificados pela PRF no estado são flagrados, por incrível que pareça, principalmente fora da região de fronteira. Por que isso acontece? Porque há diversas formas de entrar no Rio Grande do Sul sem ser por rodovias federais e esse é um viés do planejamento tradicional da PRF no Brasil inteiro. Somos a polícia que mais apreende drogas no Brasil, e já há certo tempo estamos nos estruturando, principalmente em dois eixos: inteligência policial e integração interagências. No campo do planejamento operacional, não é uma questão teórica, é uma questão de prática operacional nossa, quando nos deparamos com essa avaliação que mostra formas de entrar – no país, em geral, e no Rio Grande do Sul, em especial – por aeroportos clandestinos, fazendas, balsas, enfim, por diversas formas que não por rodovias federais (figura 3). A nossa organização operacional de fazer o enfrentamento se dá naquelas rotas que são as que direcionam para mercados consumidores.

Então, estamos, por exemplo, em Uruguaiana. Daniel Cardoso, que está aqui, é excelente policial, excelente gestor. Enfim, mas o destaque nosso de apreensão de crimes transfronteiriços não é em Uruguaiana, não é em São Borja, não é em Pelotas. Acaba sendo em outras regiões do estado, porque nos organizamos assim. A presença da PRF nas regiões de fronteira tem um viés de segurança pública propriamente dito, que é essencial, e tem um outro aspecto, que é o de presença do Estado mesmo. Em algumas regiões, a ausência do Estado é constante e quando resolvemos, por insuficiência de efetivo, fechar um posto, por exemplo, a repercussão

social é muito grande, porque em algumas localidades a única instituição presente fisicamente é a PRF. Isso acontece com outras instituições também, em outros locais, mas quando decidimos, por exemplo, fechar um posto em São Gabriel, Dom Pedrito, Pinheiro Machado, a repercussão social é muito grande porque o Estado estará se ausentando em regiões em que a presença de outras Forças de segurança já é aquém da necessária.

FIGURA 3
Brasil: pontos de apreensão e rotas de drogas



Fonte: Google.
Elaboração: PRF.

A avaliação que fazemos, estrategicamente, no que se refere ao enfrentamento à criminalidade nas fronteiras, se dá por meio de um “mapa de calor” de onde as ocorrências vão acontecendo, encontrando e traçando rotas. São questões de inteligência policial,

que por motivo de segurança orgânica nós não vamos detalhar, até porque também não seria útil. Entretanto, o que é fundamental destacar é que, atualmente, nós não nos organizamos mais de forma improvisada. O veículo que está sendo abordado, a entrevista que é feita, os sistemas que são usados, a integração com outros órgãos, são frutos de estudos de resultados operacionais que já temos consolidados ou de informações direcionadas e consolidadas com outras agências também.

Como é a presença da PRF no estado como um todo? Nós temos 39 postos, ou 39 unidades operacionais, como chamamos. Sua distribuição está demonstrada na figura 2. As rotas são dinâmicas, com uma visão mais nacional, que são rotas dos delitos transfronteiriços. Nós vamos aproveitar a oportunidade para dizer como uma polícia atua no Brasil inteiro com apenas 10 mil policiais – e no Rio Grande do Sul em especial, com 730 policiais para cobrir 6 mil quilômetros de rodovias federais. Atuando dentro do atendimento de acidentes, sejam eles de pequena monta ou com vítimas fatais. Como essa polícia consegue combater crimes transfronteiriços? Aí eu reitero o que já manifestei antes: integração com outros órgãos, que vai desde o campo da operação, seja ela ostensiva – por exemplo, com o Exército, com quem desenvolvemos ações recentemente, inclusive aqui em Uruguaiana, em São Borja, na região de fronteira –, seja de inteligência.

Com um aspecto mais ostensivo, a presença do Exército, que atua permanentemente na faixa de fronteira, como destacado pelo Coronel Eduardo de Araújo, é essencial no campo da parceria conosco. Mas, no campo dos resultados operacionais em nível mundial, e o Brasil não escapa dessa premissa, a presença ostensiva não garante resultado algum, porque o que importa mais acabam sendo as ações de inteligência. Isso é o que nós temos feito – e não é uma questão de percepção de segurança, porque nesse caso defenderíamos com o número maior de policiais para reforçar a presença ostensiva. O que faz termos como resultado deste ano a apreensão de mais de 360 toneladas de entorpecentes não é a presença ostensiva, porque com 10 mil policiais no Brasil inteiro isso é impossível. Com 730 policiais no Rio Grande do Sul, se fosse apenas uma questão de ostensividade, nós não seríamos hoje no estado a força que mais apreende drogas também. O que responde por esses resultados, efetivamente, é a troca de informações com outros órgãos, é entender a dinâmica dos ilícitos e realizar investimento maciço em tecnologias. E o “maciço” é força de expressão, porque nós também não escapamos das restrições orçamentárias do governo federal, em geral, e que nos impactaram fortemente este ano, inclusive implicando dificuldade até de abastecimento. Mesmo que tenha sido uma realidade mais de meio de ano, que ao final o orçamento tenha sido recomposto, o número de policiais vem diminuindo ano após ano, e isso causa uma limitação operacional. Entretanto, os resultados, por mais paradoxais que sejam, estão aumentando. Até pouco tempo atrás, primeiro nós éramos uma polícia direcionada para o trânsito, e é recente a mudança de passar a ser uma polícia de combate à

criminalidade. Nós deixamos de ser, já faz certo tempo, uma polícia fundamentada apenas em ostensividade: atualmente, nos pautamos no uso da tecnologia, dos sistemas de monitoramento e, principalmente, na experiência do nosso policial.

Como eu estou falando no aspecto da nossa atuação, volto a dizer que não desconhecemos os vieses dos modais marítimos, e por isso é que a Receita Federal do Brasil (RFB), por exemplo, apreende, mesmo não sendo foco de atuação, muitos entorpecentes e mesmo armas, que vêm em contêiner. Entretanto, não desconhecemos a dinâmica, mesmo que a fiscalização dos portos de contêineres lacrados seja uma ação muito mais da RFB. Por isso reitero a necessidade cada vez mais constante de integração e cooperação entre as instituições.

Há outro aspecto, que é o fato de o Rio Grande do Sul ter diversos pontos de entrada. Quem é da área sabe que existem aeroportos clandestinos, mesmo no Rio de Janeiro, onde nós estamos com operações nesse momento; a entrada de armas pelos aeroportos é uma realidade e não é do Brasil em particular, é uma realidade mundial. No modal em que nós atuamos, que é o terrestre, a inteligência policial e principalmente a preparação do policial são fundamentais para abordar o carro certo e encontrar o ilícito. Não muito tempo atrás, em relação à dinâmica da maconha, por exemplo, o transporte do ilícito vinha no que chamávamos de “cavalo doido”, tudo solto dentro do carro, e, se o carro fosse abordado, o produto estaria visível.

Atualmente, cada vez mais cocaína, derivados e drogas estão em compartimentos ocultos dos veículos, e, para isso ser de fato descoberto, o policial deve fazer a abordagem no carro certo. Isso depende de entrevistas e de técnicas de fiscalização, que é no que temos investido. Temos um número menor de policiais, em função de aposentadorias e outras circunstâncias, algo conhecido publicamente. Porém, apesar de termos no estado apenas 730 policiais atuando no trânsito, também somos hoje a polícia no Rio Grande do Sul que mais apreende drogas (maconha, cocaína e derivados), e as apreensões de drogas têm um crescimento exponencial no Brasil inteiro.

No caso de apreensões de fuzis, nós vamos para questão da legislação, que também, recentemente, está mudando. Quem era apanhado no Brasil com fuzil ou com um 38 respondia pela mesma tipificação penal. No campo da violência e do aumento dos homicídios é outra situação grave. Em função disso, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) criou uma dinâmica, que com a mudança dos próprios ministros da Justiça foi se alterando. O Plano Nacional de Segurança Pública tinha como objetivo principal a redução dos homicídios no Brasil. Mas qual é a responsabilidade, por exemplo, da PRF na redução dos homicídios no país, uma prioridade nacional? Os homicídios no Brasil em geral ocorrem por emprego de armas de fogo e decorrem de tráfico de drogas ou de consumo. E drogas e armas

entram, também, pelas rodovias federais. Então, nesse campo, a atuação da PRF tem um direcionamento estratégico.

Nós atuamos no combate à criminalidade em geral, mas o foco cada vez mais está nos crimes transfronteiriços e em estados de fronteira, tais como Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Isso tem se intensificado cada vez mais com esta dualidade: integração com outras agências – pois não conseguimos fazer nada sozinhos, temos que compartilhar informações – e a constatação de que nós não temos um sistema efetivamente de segurança no Brasil. Estão em construção ainda as estatísticas, e as informações não são compartilhadas da forma que seria a ideal.

Por exemplo, nós temos uma ação para ser desenvolvida aqui, que é controlar o ingresso dos torcedores do lado argentino, que estão indo a Porto Alegre, ao jogo na arena, para a final das Libertadores. O controle da imigração é feito pela PF. A ação de abordagem e de fiscalização propriamente dita, com revista, inclusive, está sendo feita pela PRF e pela Brigada Militar. Entretanto, se algum argentino lá em Porto Alegre, em algum momento, antes ou depois do jogo, for flagrado, a Brigada Militar será obrigada a libertar, pois não tem acesso ao sistema de imigração que a PF usa, por exemplo. Se nós (PRF) flagrarmos um contêiner transitando pelas rodovias federais, atrelado a um veículo, e ele estiver lacrado, nós não temos acesso ao sistema de controle da RFB. Isso gera uma dificuldade operacional imensa, porque não operamos ainda como um sistema. Não atuamos efetivamente, apenas os gabinetes, de forma integrada, como seria necessário, porque o crime, por sua vez, está cada vez mais integrado e organizado.

Então, no campo das organizações transnacionais, quando apreendemos um veículo clonado, transitando com contrabando de cigarros ou traficando drogas e armas, a PF vai fazer efetivamente o trabalho de ir atrás do dinheiro que está sendo lavado, das pessoas que estão efetivamente promovendo isso. Todavia, a troca de informações está longe de ser a ideal para potencializar as ações das Forças que são ostensivas, tais como a PRF e a Brigada Militar, e as Forças que são fundamentalmente de investigação, tais como a Polícia Civil e a PF. É muito melhor atualmente do que já foi no passado, mas temos espaço para melhorar muito ainda.

Reitero que – em que pese o enfrentamento no dia a dia, que chamamos de “enxugar gelo” – não desconhecemos as razões econômicas, sociais e políticas que estão por trás desses mecanismos. Ainda assim, no campo de nossa atuação, que é basicamente buscar, como gestor, motivar os policiais para fazer esse trabalho no dia a dia, temos obtido sucesso nos últimos tempos. Esse paradoxo (menos policiais, menos investimentos e mais resultados) é basicamente por conta de que há investimento em tecnologia e inteligência. Mas a percepção de segurança, e isso é uma questão que qualquer pesquisa retrata, acaba sendo cada vez menor na população, porque a polícia só é enxergada se tiver policial; como temos menos

policiais atuando, falando agora pela PRE, no campo da percepção de segurança temos prejuízo, mas no campo dos resultados, como eu falei, tem sido crescente.

Atualmente, a forma de organização nacional é basicamente de mobilização. Nós fazemos operações que implicam mobilizar policiais de uma região para outra, e isso resulta na região que está cedendo ter menos ostensividade, conseqüentemente.

Em linhas gerais, foi este o objetivo da apresentação. Estou à disposição para o debate. Muito obrigado.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)

Obrigado, superintendente, por mais uma excelente exposição. Vamos passar a palavra para a professora Adriana Dorfman, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

